

Acta N.º 21/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	198

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 21/2010 DE 26 DE OUTUBRO

----- Aos vinte e seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza extraordinária, sob a presidência do Sr.ª Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, na qualidade de Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, e estando presentes os Vereadores em regime de não permanência, Sr. Manuel Marques Custódio, Dr.ª Ana Cristina Ribeiro Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza. -----

----- A presente reunião foi convocada por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 1 do art.º 63.º da Lei n.º 169//9, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Presidente da Câmara, Dr. José Morgado Ribeiro, por se encontrar em gozo de férias, conforme comunicação verbal efectuada na reunião ordinária do passado dia vinte e um do corrente mês. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pela Sr. Vice-Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.ª Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Sr.ª Presidente declarou aberta a reunião. ----

----- ORDEM DO DIA -----

----- De imediato passou-se à análise da ordem do dia oportunamente enviada à Vereação, nos termos legais: -----

----- OBRAS PÚBLICAS -----

----- Por Empreitada -----

----- **a) Execução da obra de Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta datada de 21 de Outubro de 2010, do Sr. Presidente da Câmara, oportunamente remetida à Vereação, do seguinte teor integral: -----

Considerando que: -----

a) *É necessário dar início ao procedimento para execução da obra de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva”, projecto previsto nas Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor, no Código 3/342/2003/163 (classificação orçamental 01.02/07.03.03.06);* -----

b) No Projecto de Execução da obra elaborado pela Firma Carlos Almeida Marques – Arquitectura e Urbanismo, L.da, de Lisboa, o preço contratual estimado é no montante, excluído o IVA, de € 1.000.000,00 (um milhão de euros); -----

c) Para a execução da obra será submetida candidatura a co-financiamento do MaisCentro – Programa Operacional Regional do Centro, em regime de Balcão Permanente no âmbito da Contratualização relativo à CIMRDL – Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, que este Município integra; -----

d) Conforme comunicação da CIMRDL, a Comissão Directiva do Programa MaisCentro aprovou, em 13 de Outubro do ano em curso, uma alteração ao Aviso de Concurso de Balcão Permanente no âmbito da Contratualização, no sentido de que a data limite, em 2010, para submissão de candidaturas no âmbito do Balcão Permanente, será até ao dia 29 de Outubro, sendo que, quando o município beneficiário recorra ao procedimento de concurso público urgente nos termos previstos no n.º 2 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Agosto (diploma que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2010), não é exigível que o procedimento esteja em fase de adjudicação, exigindo-se apenas a prova de publicação em Diário da República; -----

e) De acordo com o referido n.º 2 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, pode adoptar-se o procedimento do concurso público urgente, previsto nos artigos 155.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), na celebração de contratos de empreitada, desde que: -----

i) Se trate de um projecto co-financiado por fundos comunitários; -----

ii) O valor do contrato seja inferior ao referido na alínea b) do artigo 19.º do CCP (isto é, que o valor do contrato seja inferior ao limiar comunitário referido na alínea c) do art.º 7.º da Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, que é actualmente de € 5.150.000,00, conforme alínea e) do artigo único da Portaria n.º 701-C/2008, de 29 de Julho); e -----

iii) O critério da adjudicação seja o do mais baixo preço. -----

f) Importa desencadear, com urgência, os necessários procedimentos pré-contratuais para a formação do contrato, face à data limite supra referida; -----

g) Compete à Câmara Municipal a decisão de autorização de despesa conforme art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita naquela competência a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento a que se referem os artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro; -----

Acta N.º 21/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	198

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere o seguinte: -----

1.º – Aprovar o Projecto da Obra de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva” elaborado pela Firma Carlos Almeida Marques – Arquitectura e Urbanismo, L.da, de Lisboa. -----

2.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando em € 1.000.000,00 (um milhão de euros) o preço-base do contrato. -----

3.º – Ao abrigo do n.º 2 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Agosto, a escolha do procedimento para formação do contrato em regime de empreitada de obra pública para execução da obra recaia na modalidade de Concurso Público Urgente previsto nos artigos 155.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

4.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, o Programa do Concurso e o Caderno de Encargos, os quais, nos termos do n.º 2 do art.º 157.º do CCP, constarão do anúncio previsto no n.º 1 do art.º 130.º do CCP a publicar na 2.ª Série do Diário da República, no modelo “Anexo II” da Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica utilizada por esta Câmara Municipal, sendo a análise das propostas, e respectiva proposta de adjudicação, efectuada por informação/proposta dos serviços da Divisão de Obras Municipais (DOM), a submeter oportunamente à apreciação e decisão da Câmara Municipal.” -----

----- Solicitada a sua presença, o Sr. Eng.º Jorge Brás, Chefe da Divisão de Obras Municipais (DOM), apresentou o projecto da obra ao Executivo, tendo prestado os esclarecimentos convenientes sobre a matéria. -----

*----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, nos termos e efeitos propostos. -----*

*----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----*

----- A acta da presente reunião foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr.ª Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

*----- **ENCERRAMENTO** -----*

----- E não havendo outros assuntos a tratar, a Sr.ª Presidente declarou encerrada a reunião, eram dez horas e vinte minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente minuta da acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pela Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, e por mim que a secretariei. -----

